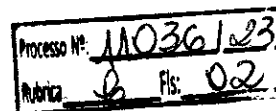


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: a7b9314b-25df-4971-a849-ffae5172f0bc

Protocolo: **Processo Requerimento N° 011036/2023**

Data: 27/04/2023 10:19:51

Origem: **COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA**  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Contato: **COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA**  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Protocolador: **ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA**Assunto: **RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS**Detalhamento: **RECURSO**[versão completa](#)**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

N°	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA 27/04/2023 10:20:02	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Gerado por: analucia.nfrj@gmail.com

Página 1 de 1

27/04/2023 10:20

# Pregão/Concorrência Eletrônica

## Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

### RECURSO :

ILMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 36/2023  
Processo Administrativo nº 03.982/2023

COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.325.483/0001-55, vem, tempestiva e respeitosamente, nos termos do artigo 109, I, "a", c/c § 2º da Lei nº 8.666/93 à presença de Vossa Senhoria, interpor:

### RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO

Em face da empresa, F. PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.021.788/0001-46, fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo demonstrado:

#### I. DA INCORRETA ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar a decisão prolatada pelo i. Pregoeiro que Aceitou e habilitou, equivocadamente, a empresa F. PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

A licitação não é um fim em si mesma, mas um instrumento apropriado para o atingimento de certas finalidades, onde o mero cumprimento das formalidades licitatórias não satisfaz, de modo automático, os interesses protegidos pelo Direito. Portanto, é incorreto transformar a licitação numa espécie de solenidade litúrgica, ignorando sua natureza teleológica.

O Administrador Público, sabedor de que a licitação é um procedimento orientado a reduzir o risco de escolhas fundadas em critérios subjetivos, deve permanecer vinculado à disciplina legal e ao conteúdo do ato convocatório.

Existe, porém, margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e os requisitos de participação. Essa margem de discricionariedade não se confunde com arbitrariedade, já que, a ausência de motivação para escolha dos requisitos de participação conduz à invalidade do ato convocatório.

Isso decorre do fato de que o artigo 44 da Lei Federal nº 8.666/93 preconiza que os editais do Certame não podem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei."

Previamente, manifestamos nosso apoio à briosa condução do certame, que ocorre de maneira íntegra e ajustada aos preceitos legalmente instituídos pelos Princípios da Legalidade e Probidade Administrativa.

A respeito do nosso pedido, ele se fundamenta precipuamente no subitem 10.3 do edital, onde todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

"Conforme exigências explícitas nas descrições dos itens 1 e 2 (Café) no Termo de Referência os Laudos deverão ser emitidos por laboratório (s) devidamente credenciado (s) pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA e/ou pela Associação Brasileira da Indústria de Café ABIC.

Deste modo, o laudo a ser apresentado pelos licitantes, devem ser emitidos por laboratórios que detenham algum desses credenciamentos.

Todavia, a empresa F PEREIRA apresentou laudos do Laboratório NUGAP, o qual não possui competência para realizar as análises laboratoriais previstas, pois este Laboratório não é credenciado no MAPA e nem na ABIC.

Assim, passamos a consultar os laudos enviados pela empresa F PEREIRA junto com sua proposta cadastrada no certame com a marca CAPITAL. Com isso, verificamos que a empresa F PEREIRA anexou laudos de análises laboratoriais emitidos pelo laboratório NUGAP.

Neste ponto, cabe frisar que a NUGAP NÃO POSSUI CREDENCIAMENTO NO MAPA e nem ABIC, conforme é solicitado no Termo de Referência e no próprio Sistema Comprasnet.

Contudo, como o laboratório NUGAP NÃO POSSUI CREDENCIAMENTO NO MAPA E NEM NA ABIC, não há legalidade jurídica que dê validade a essa ação de (Aceitar e Habilitar), visto que conforme exposto no § 3º, Art. 4º do diploma legal citado, esta situação somente será válida se o laudo tiver sido emitido por laboratório credenciado ou reconhecido pelo MAPA e/ou ABIC, o que não é o caso.

Desta forma, o laudo enviado pela F PEREIRA, não possui validade, pois o laboratório NUGAP NÃO é credenciado no MAPA e nem na ABIC, fator crucial para validade do documento emitido, e posteriormente Aceitação e Habilitação da licitante.

## II. DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento deste RECURSO ADMINISTRATIVO, e consequentemente, julgamento procedente in totum dos pedidos infra relacionados:

- a) Requer os efeitos suspensivos ao certame, nos termos do artigo 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93;
- b) Requer a Vossa Senhoria RECUSE a proposta da empresa F PEREIRA, pois não apresentou (laudos de análises laboratoriais feito por laboratórios credenciados no MAPA e/ou ABIC conforme exigido no Termo de Referência), assim como promoveu a apresentação de laudos inservíveis pelos motivos debatidos;
- c) Requer, ainda, a convocação das empresas subsequentes para enviarem sua documentação, prosseguindo, assim, com as demais fases do certame, declarando vencedora no item em apreço, desde que atendido as exigências editalícias e legais.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Brasília - DF, 26 de abril de 2023.

Danielle Miranda Passos  
COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA  
CNPJ nº 04.325.483/0001-55

Fechar

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

##### CONTRARRAZÃO DE RECURSO

ILMO SENHOR PREGOEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
Ref. Pregão Eletrônico nº 036/2023  
Processo Administrativo nº 03.982/2023

Aquisição sob demanda de café e leite para atender às necessidades do Almoxarifado Central.

F Pereira Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o nº 31.021.788/0001-46, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela Sociedade Empresária COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, mediante as razões de fato e direito a seguir aduzidas:

#### SINTESE DOS FATOS

Em resumo a empresa acima citada, questionou sobre o laudo apresentado com a nossa documentação e enfatizando não estar de acordo com a especificação do edital em questão, pedindo assim a nossa desclassificação.

#### DOS FUNDAMENTOS

Quanto aos fatos e fundamentos explanados pela empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, há de se destacar inicialmente, tratar-se de incoerência na interpretação de texto.  
Conforme o escopo do edital leia-se abaixo:

CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, torrado e moído em embalagem de 500g, do tipo vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos e/ou ardidos PVA, ausente de grãos pretos-verdes e fermentados; Gosto predominante de café arábica, com classificação de bebida mole a dura, isento de gosto Rio Zona, Rio e Riada. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor. Referência: Melitta, Píllão, Três Corações, similar, equivalente ou de melhor qualidade.

Foi enviado à comissão - Laudos, Selo de Pureza da ABIC e Selo de Qualidade da ABIC com nota de qualidade global de acordo com a exigência do edital (amostra do café CAPITAL) !

Vale ressaltar, para conhecimento de todos, que para a INDÚSTRIA possuir SELO DE PUREZA DA ABIC E SELO DE QUALIDADE DA ABIC, tem que comprovar qualidade e competência em permanecer no nível de exigências para não perder o direito dos selos adquiridos, pois a ABIC (associação brasileira da indústria de torrefação e moagem de café) é rigorosa nessa vigilância regularmente.

#### DO PEDIDO

Isto posto e preenchidos os requisitos legais, PUGNA pelo NÃO recebimento do recurso interposto pela empresa, COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, devendo este I. Sr. Pregoeiro, processar e julgá-lo, como não conhecido, promovendo a manutenção da decisão que HABILITOU a empresa F PEREIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA prosseguindo o certame com a oportuna Homologação.  
Pede deferimento.  
Rio de Janeiro, 02 de maio de 2023.

Fechar

**COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA - ME**

**CNPJ nº 04.325.483/0001-55**

**SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**REGINA CÉLIA MIRANDA PASSOS**, brasileira, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº 02269916-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 069.506.367-76, residente e domiciliada na Rua Alice Tibiriçá, nº 311, bloco 03, apt. 806, Vila da Penha, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 21.210-110.


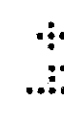
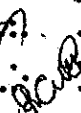
**TATIANA MIRANDA PASSOS**, brasileira, solteira, arquiteta, portadora da carteira de identidade nº 2008133164, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF sob o nº 087.160.227-00, residente e domiciliado na Rua Alice Tibiriçá, nº 311, bloco 03, apt. 806, Vila da Penha, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 21.210-110.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada, denominada "**COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA - ME**", com sede na Rua Capitão Félix, nº 110, Rua 03, Lojas 7 e 9, Cadeg, Benfica, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20920-310, inscrita no CNPJ sob o nº 04.325.483/0001-55, cujo Contrato Social encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 33.2.0667310-5, por despacho em 06/03/2001, Primeira Alteração Contratual registrada sob o nº 00001181250 em 24/08/2001, Segunda Alteração Contratual registrada sob o nº 00001332317 em 15/07/2003, Terceira Alteração Contratual registrada sob o nº 00001395099 em 12/02/2004, Quarta Alteração Contratual registrada sob o nº 00001437136 em 22/06/2004, Quinta Alteração Contratual registrada sob o nº 00001529249 em 20/06/2005 e Sexta Alteração Contratual registrada sob o nº 00001756845 em 05/12/2007, resolvem de comum acordo proceder a sua **SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, na forma que se segue:

**I - DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL:**

Os sócios acima qualificados transferem da conta Patrimônio Líquido (Reservas de Lucros) o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando o seu Capital Social para o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado em ~~liberada~~ corrente nacional.



**III - DA ADEQUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SOCIAIS:**

As quotas sociais passarão a ser distribuídas da seguinte forma:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR
Regina Célia Miranda Passos	50%	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
Tatiana Miranda Passos	50%	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
TOTAL	100%	600.000 cotas	R\$ 600.000,00

Face às alterações ora efetuadas e para todos os efeitos de direito, resolvem os sócios efetuar a Consolidação do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com as seguintes Cláusulas:

**COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA - ME**

**CNPJ nº 04.325.483/0001-55**

**CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA 1ª - DA DENOMINAÇÃO E SEDE:**

A sociedade girará sob o nome empresarial de "COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA - ME", terá sua sede e domicílio na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Felix, 110 - Rua 3 - Loja 7 e 9 - Benfica - CEP 20920-310, e será regida por este contrato social e pelo Código Civil Brasileiro - Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, e no que for omissivo.

**CLÁUSULA 2ª - DO CAPITAL SOCIAL:**

O capital social é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) cotas no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR
Regina Célia Miranda Passos	50%	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
Tatiana Miranda Passos	50%	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
TOTAL	100%	600.000 cotas	R\$ 600.000,00



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 110.

**CLÁUSULA 3ª – DO OBJETO:**

O objeto da sociedade é a exploração do ramo de comércio atacadista de gêneros alimentícios, produtos de limpeza em geral, material descartável, hortifrutigranjeiros, água mineral, refrigerantes, sucos em geral, cestas básicas, cestas natalinas, material de escritório em geral, equipamentos de informática e fornecimento de refeições para consumo externo.

**CLÁUSULA 4ª – DO PRAZO:**

A sociedade iniciou suas atividades em 06 de março de 2001 e seu prazo é indeterminado.

**CLÁUSULA 5ª – DA CESSÃO DE QUOTAS:**

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condição e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, aplicando-se no caso de condomínio de quotas o disposto nos 1º e 2º, do art. 1.056, da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

**CLÁUSULA 6ª – DA RESPONSABILIDADE:**

A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, do código civil brasileiro.

**CLÁUSULA 7ª – DA ADMINISTRAÇÃO:**

A sociedade será administrada e gerida, em conjunto ou isoladamente, pelas sócias REGINA CÉLIA MIRANDA PASSOS e TATIANA MIRANDA PASSOS, designadas como Diretores, investidos dos poderes que a Lei atribui aos gerentes de sociedade desta natureza, podendo praticar todos os atos necessários à administração, representa-la ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ainda constituir, em nome da sociedade, Procuradores com poderes específicos, ficando vedado contrair obrigações estranhas aos interesses da sociedade, bem como conceder avais em negócios estranhos aos interesses sociais, bem como onerar ou alienar bens imóveis, sem consentimento mútuo.

**CLÁUSULA 8ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL:**

Ao término do exercício social que será a 31 de Dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário,



Handwritten signatures and a large circular stamp, possibly a notary seal, are present in the bottom right corner of the document.

do Balanço Patrimonial e do Balanço do Resultado Econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA 9ª – DA DELIBERAÇÃO DAS CONTAS:**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designará (ao) administrador (es) quando for o caso.

**CLÁUSULA 10ª – DA ABERTURA DE FILIAIS:**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, nesta ou em outras cidades do Brasil ou do Exterior, de acordo com suas necessidades, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA 11ª – DA RETIRADA PRÓ-LABORE:**

Os sócios poderão, de comum acordo fixarem uma retirada mensal, a título de "Pró-Labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA 12ª – DA CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE:**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial, à data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado, pagamento este que será efetuado de acordo com as disponibilidades financeiras da sociedade e em comum acordo com os herdeiros, sucessores ou representantes legais do sócio falecido ou interditado.

**Parágrafo Único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA 13ª – DOS DESIMPEDIMENTOS:**

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



Handwritten signatures and a grid of dots, possibly a signature verification or stamp area.



LEI Nº 7.116 DE 20/09/83

0552

001 2 Via

069.506.367-76

CPR

RIO DE JANEIRO

DOC. ORIGEM LIV BR90 FLS 125 TERM 25809 C 010 RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NATURALIDADE

ARLETE SERODIO MIRANDA

ALVARO MIRANDA

FILIAÇÃO

REGINA CELIA MIRANDA PASSOS

NO ME

REGISTRO GERAL

02.269.916-9

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/05/2018

DATA DE NASCIMENTO 16/05/1947

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura do Titular

0552

Polígono Direito

MAT. DE 65 ANOS

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DETTRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**CLÁUSULA 14ª - DO FORO:**

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, excluído-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

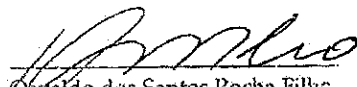
Para que produza seus jurídicos efeitos, o presente instrumento foi elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lidas e conferidas, foram achadas conforme o ajustado e assinadas pelas partes contratantes e por 02 (duas) testemunhas por elas nomeadas para o ato.

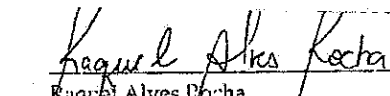
Rio de Janeiro, 20 de março de 2012.

  
Regina Célia Miranda Passos

  
Tatiana Miranda Passos

**TESTEMUNHAS:**

  
Osvaldo dos Santos Rocha Filho  
Identidade: CRC/RJ nº 051555-9  
CPF nº 348.477.407-00

  
Raquel Alves Rocha  
Identidade: CRC - RJ nº 087062-6  
CPF nº 070.345.737-35

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA ME  
Nire: 33.2.0667310-5  
Protocolo: 00-2012/099841-6  
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº  
00002312529  
DATA: 09/04/2012  
Valéria A.M. Serra  
SECRETARIA GERAL

Atestado da 1ª e 2ª C.R.C.F.M. - Tabelionato. Rua Miraflores 1440 A, B e C  
11.202 - RJ, Registrador e Notários Derson Luiz e Rebeca  
Reconheço as firmas de: TATIANA MIRANDA PASSOS e REGINA CELIA  
MIRANDA PASSOS  
Data: 20 de Março de 2012, Cont. por:  
da verdade. Serenita = 9.23  
702 J. J. LINDOS = 2.36  
Total = 11.22  
Tatiana Miranda de Moraes - 32 Substituto

OSVALDO DOS SANTOS ROCHA FILHO  
ESCRITAMENTE - 11.202.051555-9 - TAP

**SELO DE FISCALIZAÇÃO**  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
POR SEMELHANÇA  
GES 1.º TO  
SJT75968  
**SELO DE FISCALIZAÇÃO**  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
POR SEMELHANÇA  
FUN 1.º TO  
SJT75969

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA ME  
Nire: 33.2.0667310-5  
Protocolo: 00-2012/099841-6  
CERTIFICO O DEFFERIMENTO EM  
E DATA ABAIXO:  
00002312529  
DATA: 09/04/2012  
Valéria A.M. Serra  
SECRETARIA GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

MAIOR DE 55 ANOS

0552

Polegar Direito

*Regina Celia Miranda Passos*  
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 02.269.916-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/05/2018

NOME  
**REGINA CELIA MIRANDA PASSOS**

FILIAÇÃO  
ALVARO MIRANDA

ARLETTE SERODIO MIRANDA

NATURALIDADE  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 16/05/1947



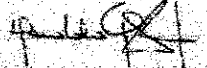
DOC ORIGEM  
C. CASM LIV BR90 FLS 125 TERM 25809 C 010  
RIO DE JANEIRO RJ

CPF  
069.506.367-76  
001 2 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0552

Processo Nº: 11036/23  
Rubrica e Fls: 13

	<b>IDENTIDADE-ME</b> 12987417-9 33P/RJ <b>CPF</b> 067.160.227-00 <b>OBSERVAÇÕES</b> DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS	<b>EXPIRAÇÃO-CAU/ME</b> 16/03/2013 <b>ANO DE FORMATURA</b> 2009 <b>TIPO SANGÜÍNEO</b> AB NEGATIVO
	<b>FILIAÇÃO</b> RUBEM PEREIRA PASSOS FILHO REGINA CELIA MIRANDA PASSOS	
 <b>MARCELO PROTÍCIO VILLAS DE QUEIROZ</b> PRESIDENTE DO CAU/MR		
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - Lei 12.378, DE 26/12/2010.		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAUBR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

NOME  
TATIANA MIRANDA PASSOS

SEXO  
FEMININO

NATURALIDADE  
RIO DE JANEIRO/RJ

DATA DE NASCIMENTO  
31/05/1980

ASSINATURA  
*Tatiana Miranda Passos*

ARQUITETA E URBANISTA

REGISTRO CAUB  
A78389-7

CARTEIRA DE IDENTIDADE COM F. PUBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023.

Processo Licitatório nº: 3.982/2023

Processo Recurso nº: 11.036/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023

OBJETO: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, sob demanda, de CAFÉ E LEITE - ITENS FRUSTRADOS, para atender às necessidades do Almoxarifado Central, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, inscrita no CNPJ: 04.325.483/0001-55, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 11.036/2023.

I. DAS PRELIMINARES

**Comissão de Pregão I**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 26/04/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 3.982/2023, a empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

A empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA alega que, conforme exigências explícitas nas descrições dos itens 1 e 2 (Café) no Termo de Referência, os Laudos deveriam ser emitidos por laboratório (s) devidamente credenciado (s) pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA e/ou pela Associação Brasileira da Indústria de Café ABIC. Deste modo, o laudo apresentado pela F. PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA não possuiria validade, pois o laboratório NUGAP não possuiria competência para realizar as análises laboratoriais previstas, pois não seria credenciado no MAPA e nem na ABIC, o que deveria levar à desclassificação da licitante.

O pedido se fundamentaria precipuamente no subitem 10.3 do edital, o qual dispõe que todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada. "Conforme exigências explícitas nas descrições dos itens 1 e 2 (Café) no Termo de Referência os Laudos deverão ser emitidos por laboratório (s) devidamente credenciado (s) pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA e/ou pela Associação Brasileira da Indústria de Café ABIC".

Comissão de Pregão I

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa F PEREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA alega que as especificações apresentadas em sua proposta quanto aos itens 1 e 2 atendem plenamente ao exigido no Termo de Referência, requerendo que seja mantido o resultado da HABILITAÇÃO.

Quanto aos fatos e fundamentos explanados pela empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA, há de se destacar inicialmente, tratar-se de incoerência na interpretação de texto. Conforme o escopo do edital leia-se abaixo:

“CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, torrado e moído em embalagem de 500g, do tipo vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos e/ou ardidos PVA, ausente de grãos pretos-verdes e fermentados; Gosto predominante de café arábica, com classificação de bebida mole a dura, isento de gosto Rio Zona, Rio e Riada. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor. Referência: Melitta, Pilão, Três Corações, similar, equivalente ou de melhor qualidade”.

Foram enviados à comissão - Laudos, Selo de Pureza da ABIC e Selo de Qualidade da ABIC com nota de qualidade global de acordo com a exigência do edital (amostra do café CAPITAL).





### Comissão de Pregão I

Vale ressaltar, para conhecimento de todos, que para a INDÚSTRIA possuir SELO DE PUREZA DA ABIC E SELO DE QUALIDADE DA ABIC, teria que comprovar qualidade e competência em permanecer no nível de exigências para não perder o direito dos selos adquiridos, pois a ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e moagem de Café) seria rigorosa nessa vigilância regularmente.

#### IV. DOS PEDIDOS

Isso posto, diante das considerações acima expendidas, requer o recebimento deste RECURSO ADMINISTRATIVO, e consequentemente, julgamento procedente *in totum* dos pedidos infra relacionados:

- a) Requer os efeitos suspensivos ao certame, nos termos do artigo 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93;
- b) Requer a Vossa Senhoria RECUSE a proposta da empresa F PEREIRA, pois não apresentou (laudos de análises laboratoriais feito por laboratórios credenciados no MAPA e/ou ABIC conforme exigido no Termo de Referência), assim como promoveu a apresentação de laudos inservíveis pelos motivos debatidos;
- c) Requer, ainda, a convocação das empresas subsequentes para enviarem sua documentação, prosseguindo, assim, com as demais fases do certame, declarando vencedora no item em apreço, desde que atendidas as exigências editalícias e legais.

#### V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O edital é bem claro ao trazer no item: "Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados

**Comissão de Pregão I**

junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor."

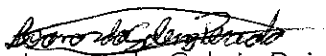
Neste caso, o fornecedor entregou os certificados emitidos pela ABIC e também os laudos emitidos pelo laboratório que, conforme seu site, seria registrado com certificado reconhecido pela Rede Metrológica de Minas Gerais.

**VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 036/2023, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, e solicito que após análise o mesmo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 036/2023.

Nova Friburgo, 08 de maio de 2023.

  
Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

# CERTIFICADO DE QUALIDADE

Associação Brasileira  
**ABIC**  
da Indústria de Café



**PQC**

PQC 116-005

## C E R T I F I C A D O

**CIA. CAPITAL DE PRODS. ALIMENTÍCIOS (5)**

Endereço: AV. ITAOCA, 1925 - INHAUMA. Cep: 21061-020 - RIO DE JANEIRO - RJ

Atestado de Conformidade e Laudos de Análise emitidos pelas Empresas de Avaliação Credenciadas

**CAPITAL SUPERIOR**  
(Embalagem: Vácuo)

**Símbolo de Qualidade ABIC Superior**  
(Faixa de Qualidade Global entre 6,0 a 7,2)



Certificado está condicionada ao atendimento dos requisitos do Programa de Qualidade do Café ABIC.

ESTE CERTIFICADO É GERADO DE FORMA ONLINE. A AUTENTIDADE DO DOCUMENTO PODERÁ SER CONFIRMADA JUNTO A ABC E PELA LETURA DO QR CODE

**PUREZA**

CERTIFICADO DE



AMAZONAS  
CAMOES  
CAPITAL  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*  
\*\*\*

**CIA. CAPITAL DE PRODS. ALIMENTICIOS (5)**

Endereço: AV. ITAOCA, 1925 - INHAUMA. Cep: 21061-020 - RIO DE JANEIRO - RJ

**CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DO SELO DE PUREZA ABIC.**



Processo Nº:	11036	123
Rubrica	6	Fls: 21



ESTE CERTIFICADO É GERADO DE FORMA ONLINE. A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO PODEMOS SER CONFIRMADA JUNTO A ABIC E PELA LEITURA DO QR CODE. A validade deste certificado está condicionada ao atendimento contínuo dos requisitos do Programa Permanente de Controle da Pureza do Café ABIC.

**Ciente**

**Razão Social:** Companhia Capital de Produtos Alimentícios - **CNPJ:** 33175092000108

**Endereço:** Av. Itaóca, 1925 - - Inhaúma - Rio de Janeiro/RJ - 21060-020

**Unidade:** não consta

**Dados da amostra**

<b>Amostra:</b>	Café torrado e moído	<b>Referência:</b>	OS00264/2023 - AM00000618/2023
<b>Descrição:</b>		<b>Plano de amostragem:</b>	PA00687
<b>Matriz amostra:</b>	Alimento	<b>Data/Hora coleta:</b>	-
<b>Responsável pela amostragem:</b>	Cliente	<b>Data/Hora entrada no laboratório:</b>	16/03/2023 09:04
<b>Coletador laboratório:</b>	Não	<b>Data início análise:</b>	16/03/2023
<b>Marca:</b>	Café Capital Superior	<b>Embalagem:</b>	Vácuo
<b>Conteúdo:</b>	500g	<b>Data fabricação:</b>	06/03/2023
<b>Validade:</b>	05/03/2024	<b>Lote:</b>	05

**Resultado**

Análise	Método	Resultado	Unidade	VMP
Cafeína <sup>1</sup>	IAL Vol, 1 <sup>2</sup>	1,31	%	-
Cinzas Insolúveis em HCL 10% <sup>1</sup>	IAL 024/IV	< 0,07	%	1,5% RDC 623 de 09/03/22
Extrato Aquoso <sup>1</sup>	IAL 265/IV	29,88	%	Min, 20% Port, 570 - Mapa/SDA
Lipídios (Extrato Etéreo) <sup>1</sup>	IAL 032/IV	11,86	%	-
Mat. Estranhas (areia, pedras, torrões e demais sujidades)	LOPEZ, F, C - 1974	0,05	%	-
Ocratoxina A <sup>1</sup>	Ochracard P48 R-Biopharm	< 5,0	µg/kg	10µg/kg IN 160 de 01/07/22
Resíduo mineral fixo (Cinzas) <sup>1</sup>	IAL 018/IV	4,59	%	-
Umidade <sup>1</sup>	IAL 012/IV	2,4	%	5,0% IN 716 de 01/07/2022
Elementos estranhos <sup>1</sup>	LOPEZ, F, C - 1974	Ausência	P,A	Ausência Port, 570 - Mapa/SDA
Identificação Histológica <sup>1</sup>	POP MCR 015	100% Coffea arabica	P,A	-
Impurezas <sup>1</sup>	LOPEZ, F, C - 1974	0,34	%	1,0% Port, 570 - Mapa/SDA
Mat. Estranhas - Ácaros <sup>1</sup>	AOAC 988,16 b	Ausência	unid/25g	5 unid/25g RDC 623 de 09/03/22
Mat. Estranhas - Frag. de insetos (não considerados indicativos de risco) <sup>1</sup>	AOAC 988,16 b	6	unid/25g	60 unid/25g RDC 623 de 09/03/22
Mat. Estranhas - Indicativas de risco à saúde humana <sup>1</sup>	AOAC 988,16 b	Ausência	P,A	Ausência RDC 623 de 09/03/22
Mat. Estranhas - Macroscópicas <sup>1</sup>	AOAC 988,16 b	Ausência	P,A	RDC 623 de 09/03/22
Mat. Estranhas - Outros <sup>1</sup>	AOAC 988,16 b	Ausência	unid/25g	RDC 623 de 09/03/22
Escherichia coli	AOAC 070901	< 10	UFC/g	10 <sup>2</sup> IN 161 de 01/07/22 - "m"
Salmonella sp	AOAC 2014,01	Ausência	P,A/25g	Ausência/25g IN 161 de 01/07/22 - "m"
Grau de moagem <sup>1</sup>	Port, SDA 570	Moagem Fina	-	-
Ponto de torra <sup>1</sup>	Agtron/SCAA	55 - Médio	SCAA#	-

**Legenda**

**VMP:** Valor Máximo Permitido; <sup>1</sup> Ensaio Reconhecido Pela Rede Metrológica de Minas Gerais de acordo com a ISO/IEC 17025:2017 - PRC 549.01; <sup>2</sup> Método anterior à versão atualizada IAL 254/IV; **P.A:** Presença.Ausência; **uH:** Unidade Hazen; **UFC:** Unidade Formadora de Colônia; **SCAA:** Specialty Coffee Association of America; **N.A:** Não aplicável; **uT:** Unidade de Turbidez; **IAL:** Instituto Adolfo Lutz; **SMEWW:** Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; Laboratório(s) subcontratado(s) <sup>a</sup> PRC 279.01 - <sup>b</sup> CRL 0889

**Observações e informações adicionais**

Dados de identificação da amostra são de fornecimento e responsabilidade do cliente; os resultados expressos neste Relatório de Ensaio têm significação restrita e se aplicam exclusivamente ao material recebido para análise, devendo ser reproduzidos somente em sua totalidade.

Relatório de Ensaio válido com assinatura de forma digital, padrão ICP-Brasil.

Belo Horizonte, 20 de Março de 2023



Dra. Giselia Campos - Responsável Técnica  
CRFMG - 15066



**Cliente**

**Razão Social:** Companhia Capital de Produtos Alimentícios - **CNPJ:** 33175092000108

**Endereço:** Av. Itaóca, 1925 - - Inhaúma - Rio de Janeiro/RJ - 21060-020

**Unidade:** não consta

**Dados da amostra**

<b>Amostra:</b>	Café torrado e moído	<b>Referência:</b>	OS00264/2023 - AM00000619/2023
<b>Descrição:</b>		<b>Plano de amostragem:</b>	PA00687
<b>Matriz amostra:</b>	Alimento	<b>Data/Hora coleta:</b>	-
<b>Responsável pela amostragem:</b>	Cliente	<b>Data/Hora entrada no laboratório:</b>	16/03/2023 09:04
<b>Coletador laboratório:</b>	Não	<b>Data início análise:</b>	17/03/2023
<b>Marca:</b>	Café Capital Superior	<b>Embalagem:</b>	Vácuo
<b>Conteúdo:</b>	500g	<b>Data fabricação:</b>	06/03/2023
<b>Validade:</b>	05/03/2024	<b>Lote:</b>	05

**Resultado**

Análise	Método	Resultado	Unidade	VMP
Avaliação da qualidade global <sup>1</sup>	POP SE 001	7,0	-	Mín, 4,5

**Legenda**

**VMP:** Valor Máximo Permitido; <sup>1</sup> Ensaio Reconhecido Pela Rede Metrológica de Minas Gerais de acordo com a **ISO/IEC 17025:2017** - PRC 549.01; <sup>2</sup> Método anterior à versão atualizada IAL 254/IV; **P.A:** Presença.Ausência; **uH:** Unidade Hazen; **UFC:** Unidade Formadora de Colônia; **SCAA:** Specialty Coffee Association of America; **N.A:** Não aplicável; **uT:** Unidade de Turbidez; **IAL:** Instituto Adolfo Lutz; **SMEWW:** Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; Laboratório(s) subcontratado(s) <sup>1</sup> PRC 279.01 - <sup>2</sup> CRL 0889

**Legislação de referência**

Portaria nº 570, de 09 de maio de 2022 - Mapa/SDA ;

**Conclusão**

Parâmetro(s) satisfatório(s), de acordo com a **Portaria nº 570 - Mapa/SDA - Tipo Único**

**Observações e informações adicionais**

Os dados de identificação da amostra são de fornecimento e responsabilidade do cliente; os resultados expressos neste Relatório de Ensaio têm significação restrita e se aplicam exclusivamente ao material recebido para análise, devendo ser reproduzidos somente em sua totalidade. Relatório de Ensaio válido com assinatura de forma digital, padrão ICP-Brasil.

Belo Horizonte, 20 de Março de 2023



Dra. Giselia Campos - Responsável Técnica  
CRFMG - 15066







**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 11.036/23

RUBRICA: 

FOLHA: 27

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

*Nova Friburgo, 10 de Maio de 2023*

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que a empresa COMERCIAL DELLA COSTA 110 LTDA., apresentou tempestivamente recurso, questionando a respeito do Laudo laboratorial da empresa vencedora do Certame.

A empresa alega que o Laudo apresentado não teria validade, pois o laboratório não é credenciado nem no MAPA e nem na ABIC.

Acontece que, na verdade, houve uma má interpretação do que era exigido no descritivo do item café no Edital Licitatório e seus anexos. Isso porque, conforme bem salienta o pregoeiro, o edital previa que a empresa deveria ter o Laudo em Laboratório credenciado no MAPA ou ABIC ou ter os Selos de qualidade e pureza da ABIC.

O intuito, era não haver restrição da concorrência, pedindo apenas o Laudo ou apenas os Selos na ABIC, mas, oportunizando às Empresas apresentarem uma das duas opções.

A empresa que sagrou-se vencedora, apresentou o Laudo, em laboratório não credenciado, porém, também apresentou os selos da ABIC, o que supre de forma plena a necessidade dessa Administração em verificar se há análise de qualidade e pureza do produto.

Sendo assim, não assiste razão ao recurso interposto, pois, a empresa vencedor, cumpriu o que estava descrito no Edital apresentando os selos de pureza e qualidade da ABIC. No mais, acolho às razões elencadas pelo pregoeiro seguindo sua decisão em NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto.

Atenciosamente,

  
*Gabriel Costa Wenderroschy*

Secretário de Infraestrutura e Logística

**MATRÍCULA 062.775**



PROCESSO N° 11036

DATA 12/05/23

FOLHAS N° 28 FOLHAS 8

Processo: 11036/2023

Recorrente: Comercial Della Costa 110 Ltda.

Recorrida: F. Pereira Comércio e Distribuidora Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 036 de 2023 - Processo Licitatório n. 3982/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente em face da habilitação da recorrida nos autos do Pregão Eletrônico n. 036 de 2023 - Processo Licitatório n. 3982/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de café e leite para atender ao Almoxarifado Central.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 03/04) que a empresa recorrida apresentou laudos do laboratório NUGAP, o qual não possui competência para realizar as análises laboratoriais previstas, pois não é credenciado no MAPA e nem na ABIC, requerendo a desclassificação da empresa.

Em contrarrazões (fls. 05), a recorrida afirma que foram enviados à Comissão laudos, Selo de Pureza da ABIC e Selo de Qualidade da ABIC com nota de qualidade global de acordo com a exigência do edital, requerendo o não recebimento do recurso interposto pela recorrente.

A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 15/19, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, afirmou que o edital é claro ao prever que a licitante *"Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC"*.

Afirmou, ainda, que a recorrida *"entregou os certificados emitidos pela ABIC e também os laudos emitidos pelo laboratório que, conforme seu site, seria registrado com certificado reconhecido pela Rede Metrológica de Minas Gerais"*, conforme documentos anexados às fls. 20/26, motivo pelo qual negou provimento ao recurso.

Por fim, encaminhou os autos à autoridade superior para decisão.

Em decisão de fls. 27, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística negou provimento ao recurso, sob a fundamentação de que a empresa vencedora cumpriu o que estava escrito no Edital, apresentando os selos de pureza e qualidade da ABIC, uma vez que o Edital previa a apresentação de laudos ou dos selos de qualidade, e não ambos, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.



## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;***

*b) julgamento das propostas;*

*c) anulação ou revogação da licitação;*

*d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*

*f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

[...]

***§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)***

O recurso apresentado pela recorrente é aquele previsto no inciso I, chamado pela doutrina de recurso hierárquico, o qual, segundo Diogenes Gasparini, é o "meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto". (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Conforme dispõe o §4º do art. 109 da Lei de Licitações acima transcrito, após a apresentação do recurso, deverá a Comissão de Licitação analisar todas as peças e proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou à remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial (art. 109, § 4º da Lei de Licitações).



Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”*

*“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

*[...]*

*VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;*

Como se pode ver, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Infraestrutura e Logística, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

No caso dos autos, conforme narrado no relatório, tanto a Comissão de Pregão quanto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística negaram provimento ao recurso, sob a fundamentação de que a recorrida cumpriu o que estava escrito no Edital, apresentando os selos de pureza e qualidade da ABIC, uma vez que o Edital previa a apresentação de laudos ou dos selos de qualidade, e não ambos.

Examinando os autos, verifica-se na descrição dos itens 1 e 2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, a seguinte exigência:

*“(...) Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura e/ou Saúde ou Selo de Pureza e Qualidade da ABIC, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Certificação no Programa Cafés Sustentáveis*

3



11036  
02/05/23

do Brasil (PCS) da ABIC. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor". (sem grifos no original).

De fato, s.m.j, a exigência posta no Termo de Referência é alternativa, ou seja, comprovação da qualidade do produto através de laudos OU através da Certificação da ABIC, o que foi cumprido pela empresa recorrida, conforme decisão da Secretaria requisitante de fls. 27.

### III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela improcedência do recurso, com retorno dos autos à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** para ciência e posterior envio à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências de sua competência.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de maio de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

CARLOS EDUARDO VILA NOVA DA VEIGA  
Subprocurador de Processos Administrativos  
DIAMF-MATR.: 63.347